

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Augusto Martins Oliveira

**ESTADO E SOCIEDADE:  
O MUNICIPALISMO LIBERTÁRIO E O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO COMO PARADIGMAS  
DA MODERNIDADE CAPITALISTA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Luzimar Paulo Pereira

Juiz de Fora  
2019

## **DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

Eu, Augusto Martins Oliveira, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672061A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **ESTADO E SOCIEDADE: O MUNICIPALISMO LIBERTÁRIO E O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO COMO PARADIGMAS DA MODERNIDADE CAPITALISTA**, desenvolvido durante o período de 30/03/2019 a 04/07/2019 sob a orientação de Luzimar Paulo Pereira, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 05 de Julho de 2019.

---

**Augusto Martins Oliveira**

**Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

## ESTADO E SOCIEDADE: O MUNICIPALISMO LIBERTÁRIO E O CONFEDERALISMO DEMOCRÁTICO COMO PARADIGMAS DA MODERNIDADE CAPITALISTA.

Augusto Martins Oliveira<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente trabalho tem como objetivo analisar a relação entre Estado e sociedade na modernidade capitalista, tomando como base a obra de três autores, Mikhail Bakunin, Murray Bookchin e Abdullah Öcalan, bem como as proposições em torno dos projetos do Municipalismo Libertário e do Confederalismo Democrático e a revolução em Rojava que apresenta em pleno séc. XXI a possibilidade de um modelo de organização social fora do monopólio político do Estado-nação e do sistema capitalista, com base principalmente na tomada de decisões de baixo para cima em um modelo de assembleias e conselhos. Traçando uma linha comparativa entre a crítica ao Estado presente nas obras desses autores, procurarei desenvolver os pontos semelhantes nessas análises e verificar em que medida suas conclusões em torno do tema se fazem pertinentes na atual conjuntura de avanço da globalização neoliberal, identificando também que elementos podem ser considerados numa reflexão sobre o contexto de crise de representatividade política mundial e principalmente no caso brasileiro.

**Palavras-chave:** Estado-nação. Modernidade capitalista. Municipalismo libertário. Confederalismo democrático.

### Introdução

Para se desenvolver um estudo sobre o confederalismo democrático e sua implementação no norte da Síria é necessário primeiramente reconhecer a existência do povo curdo e seu direito de autodeterminação. Atualmente cerca de 30 milhões de curdos vivem na região do Curdistão, localizada no Oriente Médio, e seu território é recortado pelas fronteiras oficiais de 4 estados-nação (Irã, Iraque, Turquia e Síria), mas é na porção síria de seu território, mais precisamente ao norte, conhecida como Rojava, que tem se desenvolvido um modelo de organização social sem precedentes na região. Em 2012, um ano após a deflagração do conflito civil no país as tropas do exército sírio abandonaram a região deixando a população a mercê da invasão do famigerado Daesh. Mas ao contrário do que se poderia esperar, a população que havia sido abandonada à própria sorte se reorganizou, não apenas a fim de se defender de uma ameaça iminente, mas também para levar a cabo um novo projeto de sociedade que estabeleceu uma revolução no seio do Oriente Médio e que se apresenta como paradigma frente ao Estado-nação e a modernidade capitalista.

Tal experiência, apesar de inovadora para a região, não surge do espontaneísmo em meio a guerra, é fruto de mais 40 anos de desenvolvimento de forças políticas populares na Síria e principalmente na Turquia, que foram desenvolvidas no centro da questão curda onde o PKK e seu líder fundador, Abdullah Öcalan, têm fundamental relevância. Desde sua formação em 1978 em Diyarbakir, na Turquia, até o final da década de 1990 o Partido dos Trabalhadores do Curdistão ou PKK (Partiya Karkêren Kurdistan) tem historicamente adotado o marxismo-leninista como orientação ideológica da organização, mas a partir de então essa perspectiva se altera. Com a prisão de Öcalan em 1999, ele e setores do partido começam uma profunda reflexão sobre a atual conjuntura da questão curda e o papel que essa organização política deveriam exercer frente a ela. Através de uma reconstrução da história curda e do próprio oriente médio, além de um contato com autores anarquistas como Bakunin e Bookchin, Öcalan dirige sua atenção e esforço intelectual para analisar a relação do povo curdo com a instituição Estado, mais precisamente o Estado-nação da modernidade capitalista. Ao longo desse processo, desenvolve o projeto batizado de Confederalismo Democrático, que pretende, através da aplicação dos conceitos de democracia direta, pluralismo étnico/religioso, libertação feminina e de uma economia de base socialista e ecológica, propôr uma solução democrática tanto para já mencionada questão curda, quanto para outros conflitos na região. Diretamente inspirado pelas proposições do anarquista norte-americano Murray Bookchin entorno do chamado Municipalismo Libertário o projeto ganhou corpo nas regiões curdas de Bakur, porção turca de seu território e Rojava, mas é especialmente na segunda que se estabelece de forma mais concreta e ampla, permitindo à mesma florescer como um refúgio democrático, em meio ao caos e desolação da guerra civil no país.

Tendo em vista que já existe uma considerável produção intelectual sobre diversos aspectos da experiência em Rojava, o objetivo desta pesquisa será, ainda que timidamente, tentar desenvolver a análise de alguns aspectos que considero chave para a tentativa de compreender como o Municipalismo Libertário (tendo o Confederalismo Democrático e o norte da Síria como referência) pode ser pensado e aplicado em diferentes contextos. São esses aspectos a teoria crítica do estado, focando na abordagem anarquista de Mikhail Bakunin e como ela perpassa por Bookchin até Öcalan, recuperando a relevância que a teoria anarquista apresenta para temas centrais no escopo de interesse das ciências sociais; e a organização político-econômica e a crítica e ao neoliberalismo proposta em ambos projetos, levando em conta

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: martins1992sjn@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Luzimar Paulo Pereira

que a expansão da fase da ultrafinanceirização da economia global representa a continuidade de processos de dominação como o colonialismo e o imperialismo, que afetam em larga medida as populações de países periféricos do capitalismo.

Minha conclusão pretende entender como o pensamento desses três autores dialoga com a realidade brasileira, aprofundando o entendimento sobre a capacidade de ação política não institucional contida nos espaços comunitários e até própria cidade. Longe de pretender esgotar os temas propostos, o presente trabalho procura incentivar reflexões sobre temas caros às ciências sociais, e portanto, também à nossa realidade, através de velhas e novas perspectivas que não só se mostraram efetivas em análises anteriores, como também insistem, ainda, em exercer influência em um mundo marcado pela crise das democracias representativas e do sistema neoliberal.

## 1- O Estado na teoria bakuniniana

O Estado em sua forma, sua lógica e principalmente em sua relação com a sociedade tem sido, se não o principal, um dos maiores objetos de análise no campo das Ciências Sociais, principalmente na Ciências Políticas. De Maquiavel à Weber temos observado diversas perspectivas sobre o aparelho estatal. Qual a origem do Estado? Qual a sua forma mais adequada, monarquia ou república? Se monarquia, qual a melhor conduta do soberano para com seus súditos, a fim de preservar-se como tal? Se república, qual a melhor forma de representar os interesses da sociedade, conservando a ordem social que a estabelece? Centralizar ou descentralizar a gerência estatal? Essas e outras perguntas mantêm como principal foco das Ciências Políticas, a constituição, conformação e preservação do Estado perante a sociedade contida em seu território e também perante a comunidade internacional. Diversas teorias são formuladas para justificar uma ou outra forma organizativa do Estado, mas o que é corrente em todas essas é que o Estado (independente da forma que assuma) é a única forma de organização social possível na realidade, sendo muito comum o descrédito e a difamação de teorias que procuram questionar o Estado em si.

Contudo, a partir do séc. XIX parte do movimento operário começa a questionar a própria existência do Estado como único modelo de organização social possível, e como essa existência, mais do que garantir uma artificial coesão social, é o meio pelo qual se legitima e se exerce o domínio das classes dominantes sobre as classes dominadas. O movimento anarquista, como é conhecido, produziu através de brilhantes teóricos uma mordaz crítica não apenas ao sistema capitalista, mas principalmente ao Estado. Procuraremos resgatar a teoria crítica do Estado de Mikhail Aleksandrovitch Bakunin (1814-1876), proeminente anarquista russo que é comumente citado como maior filósofo desse movimento e cuja extensa obra é pouco conhecida na academia brasileira, para tentar traçar um caminho histórico onde se localizam as críticas desenvolvidas por Bookchin e Ócalan em torno da organização urbana da sociedade moderna e ao Estado-nação moderno.

Focaremos na análise que Bakunin desenvolve em seu período anarquista que se compreende a partir de 1868 até sua morte em 1876, conforme Berthier (2008) e Corrêa (2014), tentando identificar elementos de sua análise que se repetem ou são similares ao longo das proposições de Bookchin e Ócalan.

É também importante ressaltar que a análise dos autores para a categoria Estado é voltada para sua fase moderna, referido vezes por Estado-moderno, vezes por Estado-nação, portanto, apesar de identificar elementos que possam ir além de seu modelo mais recente, o foco de ambos é a identificação de suas características na modernidade capitalista, período de grande reformulação de suas estruturas fundamentais e de intensas disputas em torno de seu controle por parte das classes dominantes.

Para expor os principais elementos da “teoria bakuniniana do estado”, além da obra do próprio autor, tomo como base a obra de mesmo nome do pesquisador Felipe Corrêa (2014) que desenvolve pontos centrais dessa teoria, que não se encontra necessariamente esquematizada nos escritos de Bakunin.

Para Bakunin, a origem do que podemos chamar de Estado-moderno se encontra no processo da Reforma no séc. XVI, desenvolvendo-se através do Antigo Regime até encontrar o ápice na Revolução Francesa, quando a burguesia conquista a hegemonia política e lança as bases da atual forma do Estado. Uma característica comumente atribuída ao período é a separação entre a esfera política e a esfera religiosa, porém, para Bakunin aponta que se essa separação é apenas virtual, no sentido de que apesar do soberano agora centralizar em si o monopólio do poder político, ainda necessitava da legitimação ideológica desse poder, tarefa na qual a Igreja continuou a desempenhar papel fundamental, principalmente através da teoria do direito divino dos reis. Porém, o soberano, na maioria dos casos, tornava-se o representante máximo da Igreja em seu território nacional. Nessa fase conhecida como absolutismo ou antigo regime o Estado ainda não apresenta primordialmente características burguesas, que, apesar de ser um período de fortalecimento dessa classe, só se consolida no poder a partir da Revolução Francesa. A revolução industrial soma-se a esse processo de fortalecimento da classe burguesa estabelecendo também a base de seu domínio econômico. A síntese desses acontecimentos é, para Bakunin, a gênese do Estado moderno sobre o qual direciona sua análise. O soberano agora se encontra na posição de poder outrora ocupada pela Igreja Católica, tendo para si o monopólio do poder político, por esse motivo ele reconhece o Estado como “irmão mais novo da Igreja”. Como é perceptível, seu objeto de análise é a conjuntura européia, sendo os casos dos estados russo, alemão e francês suas principais fontes dessa análise.

Corrêa (2014) divide a teoria bakuniniana do estado em duas categorias, a histórica, esboçada acima, e a lógica, onde Bakunin expõe as principais características do Estado-moderno, bem como sua relação com as diferentes classes

sociais e com as outras esferas de poder, a econômica, a religiosa/cultural e a social, a qual apresentarei os principais pontos a seguir.

Em primeiro lugar, devemos apontar que na teoria bakuniniana o Estado é visto como um “instrumento político de dominação de classe, que possui natureza dominadora, caráter de classe e função de garantir a dominação de classe”(Corrêa, 2014 p. 75). O Estado-moderno não é um ente autônomo, apesar de garantir para si e sua burocracia o monopólio do poder político, ele é diretamente determinado pelas relações entre as classes sociais que compõe o conjunto social em seu território, respondendo principalmente aos interesse das classes dominantes, que, após a Revolução Francesa, se resumem primordialmente à classe burguesa. Mas longe de reproduzir um economicismo vulgar, Bakunin assume que o Estado pode ir contra os interesses das classes dominantes a depender de conjunturas, onde ceder direitos às classes exploradas garante a perpetuação do status quo. A abolição da escravatura e a CLT Getulista são exemplos dessa dinâmica no caso brasileiro. Ele deve também levar em conta a sua relação com outros Estados, o que para o autor revela outra característica fundamental. Para Bakunin(2003a. p. 66), assim como o capital tende a acumular-se de forma monopolística, todos os estado que pretendem se estabelecer de forma soberana nas relações internacionais devem ser obrigatoriamente Estados conquistadores, procurando expandir seus poderes em diversas áreas, sob pena de ser subjugado por Estados mais fortes. O colonialismo, o imperialismo e mais recentemente a globalização são elementos típicos dessa dinâmica que corroboram a tese de bakuniniana. Os Estados menores, que não possuem a capacidade de realizar sua vocação conquistadora são obrigados, pelos mecanismo já citados, a abrir mão de suas soberania e independência para preservar sua existência frente aos dominadores estrangeiros. Segundo Cappelletti(1986, p. 222, apud Corrêa, 2014, p. 79) essa seria a “vocação imperialista” do Estado moderno.

Outra característica indissociável do Estado é a coação, que é tida como necessária para garantir o ordenamento social em seu território, seu monopólio político e principalmente para garantir a continuidade o sistema de exploração econômica das classes dominantes sobre as classes dominadas, do qual também se apropria, através do impostos, do montante resultante da exploração do trabalho. Para isso, além do aparato burocrático que garante e legitima em situação de normalidade a perpetuação da exploração capitalista, se faz necessário um aparato policial, que garante, através da ameaça ou do emprego de fato da coerção física, a manutenção dessa ordem em momentos de que os elementos pacíficos da ordem não são suficientes para tal fim. Aqui percebemos cada vez mais a relação simbiótica entre Estado e Capital, o primeiro garante a possibilidade e o direito do segundo explorar impiedosamente as classes dominadas através da apropriação da maior parte do produto do trabalho social, o segundo por sua vez financia diretamente o primeiro a fim de garantir sua dominação de classe. Essa é a “vocação escravista” do Estado moderno (Cappelletti 1986, p. 223, apud Corrêa, 2014, p. 81).

“Todos os Estados [...] estão condenados a uma luta perpétua: luta contra suas próprias populações, oprimidas e arruinadas, luta contra todos os Estados estrangeiros, dos quais cada um só é poderoso sob a condição de que o outro seja fraco; e como só podem conservar-se nesta luta aumentando a cada dia sua força, tanto no interior, contra seus próprios cidadãos, quanto no exterior, contra as potências vizinhas – resulta disso que a lei suprema do Estado é o aumento de sua força em detrimento da liberdade interior e da justiça exterior.”(Bakunin, 1998, p. 41, apud, Corrêa, 2014, p. 82)

A conciliação dessas duas vocações, imperialista e escravista, é o que garante a expansão do seu poder como força social (Corrêa, 2014. p. 83). Para Bakunin existem pelo menos oito mecanismos para esse fim: 1. extensão do território, 2. tipo de território, 3. presença em territórios livres, 4. recursos financeiros, 5. recursos organizativos e militares, 6. extensão da população, 7. apoio da população e 8. limite da participação política da população. Quanto maior a extensão do território de um Estado, maior também é possibilidade que esse território provenha recursos econômicos e estratégicos para ele. O tipo de território também implicam na variação de força dos Estados, uma vez que uma saída marítima, um terreno mais fértil ou a abundância de determinado recurso natural podem apresentar vantagens relativas a outros Estados. Bakunin o quando fala em territórios livres refere-se principalmente ao mares e oceanos, principais meios de transporte e comunicação de sua época, mas não ignora que o desenvolvimento tecnológico ampliaria essa perspectiva, podendo hoje se somar aos dois anteriores os ares e até mesmo o espaço. Portanto a presença dos Estados nesses territórios apresenta vantagens econômicas e geopolíticas (Corrêa, 2014. p. 85).

A maior concentração de recursos financeiros apresenta uma vantagem óbvia, podendo o Estado aumentar esses recursos pela apropriação externa, por meio do imperialismo ou colonialismo, ou pela apropriação interna, como já mencionado, através do seu papel na exploração do trabalho. Da mesma forma quanto maior for sua capacidade organizativa e militar, maior será sua capacidade e eficácia em garantir o meios acima mencionados. Quanto aos mecanismo de aumento de força ligados à população podemos transcrever o seguinte trecho: “Para ele, quanto maior for esta população, quanto mais esta população apoiar o Estado e quanto mais o Estado puder conservar sua gestão nas mãos de uma minoria, dando a impressão de que ela representa a maioria, maior será a força do Estado”. (Corrêa, 2014. p. 87).

Para os dois últimos mecanismos é necessário ao Estado o desenvolvimento de uma ideologia que legitime sua dominação sobre a seu povo. Bakunin a denomina como “moral do Estado”( 2008b, p. 28). A legitimação da moral do Estado é elemento chave para a manutenção do ordenamento social da modernidade capitalista. Ela é difundida por diversos mecanismos, entre eles a religião, a escola, a burocracia, a propaganda oficial, o patriotismo. “ O Estado constitui a

única instituição capaz de submeter as massas à exploração econômica, garantindo a propriedade dos meios de produção em geral e da extração de mais-valia do trabalho em particular.”(Corrêa, 2014. p. 95).

Para Bakunin:

“É da natureza do Estado apresentar-se, tanto para si quanto para todos os seus governados, como objeto absoluto. Servir sua prosperidade, sua grandeza, sua força, é a suprema virtude do patriotismo. O Estado não reconhece outra: tudo o que o serve é bom, tudo que é contrário a seus interesses é declarado criminoso, tal é a moral do Estado.

É por isso que a moral política foi sempre não só estranha, mas absolutamente contrária a moral humana. Essa contradição é consequência forçada de seu princípio: o Estado, sendo só parte, se apresenta como todo; ignora o direito de tudo que, não sendo ele, acha-se fora dele, e quando pode, sem perigo para si mesmo, viola-o -- O Estado é a negação da humanidade.” (Bakunin, 2008b, p. 28)

A democracia representativa que hoje se encontra em crise, em particular no caso brasileiro, é também um mecanismo de legitimação da exploração protagonizada pela relação dialética entre Capital e Estado. Dessa forma a crítica de Bakunin recai sobre as célebres teorias contratualistas que justificavam que a sociedade através do contrato social para com o Estado veria-se representada e resguardada na figura do Estado, cuja a única fonte de poder emanava dela. O autor denuncia que qualquer ideia de representação popular na instituição estatal é ilusória, e mais que isso, é parte crucial do processo de dominação que os governados acreditem nessa ilusão:

“A indústria capitalista e a especulação bancária modernas necessitam, para se desenvolverem em toda a amplitude desejada, destas grandes centralizações estatais, que, sozinhas, são capazes de submeter à sua exploração os milhões e milhões de proletários da massa popular.[...] a indústria capitalista e a especulação bancária acomodam-se muito bem com a democracia dita representativa, pois, esta estrutura moderna do Estado, fundada na pseudo-soberania da pseudo-vontade do povo, pretensamente expressa por falsos representantes do povo em pseudo-assembléias populares, reúne as duas condições prévias que lhes são necessárias para atingir seus fins, isto é, a centralização estatal e a sujeição efetiva do povo soberano à minoria intelectual que o governa, quer dizer, que o representa e o explora de forma inevitável.” (Bakunin, 2003a, pp. 35- 36)

Cabe ainda pontuar a visão de Bakunin sobre a classe gestora do Estado, a burocracia. Para ele a burocracia é , assim como a burguesia, uma classe dominante que detêm o monopólio político dos meios de coerção do Estado, sendo uma classe “relativamente autônoma” (Corrêa, 2014, p.108). A pátria (realizada no Estado) está para a burocracia como Deus está para o clero, ambos são as ilusões metafísicas que embasam ambas ideologias de classe. Os funcionários públicos, políticos, juizes, ministros, policiais, forças armadas assim como padres, cardeais, bispos, freiras, são alguns exemplos dos indivíduos que, relacionado por seus interesses de classe formam um corpo social e transformam essas abstrações metafísicas em sua estrutura material de poder. Nessa analogia o fiél e o cidadão cumprem o mesmo papel, como observa Clastres([1974] 2014, 201, apud, Vasquez, 2017, p. 62) “Cada um de nós traz efetivamente em si, interiorizada como a fé do crente, essa certeza de que a sociedade existe para o Estado.”

René Berthier afirma:

“A burocracia é em primeiro lugar uma emanção do Estado, sua base social, a camada que sustenta a ilusão da racionalidade e da necessidade do Estado. É ela que faz do Estado uma realidade, um poder efetivo que lhe dá um conteúdo. A burocracia encarna a ideia do Estado ao mesmo tempo que é seu aparelho. [...] A burocracia acaba por confundir-se com o Estado, com sua cascata de hierarquias constituindo o que Bakunin denomina “corpo sacerdotal do Estado”. (Berthier, 2011a, p. 72, apud, Corrêa, 2014, p. 106)

Como corpo social do Estado a burocracia é o motor humano cujo o “trabalho” consiste em realizar materialmente a natureza e a função do Estado. Nesse sentido, como classes social atrelada a ele a burocracia também tende à preservação. Por fim é a dinâmica entre Estado e sociedade que mais aproxima Bakunin à Bookchin e Öcalan. Para ele “o Estado é uma abstração devoradora da vida popular” :

“É evidente, que todos os interesses pessoais e “pretendidos” do conjunto social que o Estado está “encarregado” de representar não são, na verdade, mais do que a negação, geral e permanente, dos reais interesses positivos das regiões, das comunas, das associações que, por serem grandes conjuntos humanos subordinados ao Estado, lhe conferem a categoria abstrata na aparência fictícia da justiça, dado que o Estado é de fato, um gigantesco cemitério onde, à sombra e tomando como pretexto justamente esta abstração, todas as melhores aspirações e todas as forças vivas dos países são imoladas e enxovalhadas.” ( Bakunin, 2000)

Essa tese de Bakunin reverbera na visão que é desenvolvida por Bookchin e Öcalan como veremos a seguir.

## 2 - Municipalismo Libertário

Murray Bookchin(1921-2006) foi um anarquista e sindicalista estadunidense de ascendência russa que ao refletir sobre o rumos práticos que o sindicalismo norte-americano havia tomado no decorrer do séc. XX observou que esse modelo de organização dos trabalhadores perdeu muito ou todo o seu caráter revolucionário que lhe fizera temido pelas classes dominantes no século anterior e nas primeiras décadas do séc. XX. Ao invés de organizar e politizar a classe trabalhadora como previa Marx, a fábrica se mostrou no longo prazo um ambiente ideal da dominação capitalista, doutrinando e docilizando o trabalhador, extraindo deste e de suas organizações no ambiente de trabalho todo o ímpeto revolucionário de outrora. A partir dessa reflexão Bookchin destinou seus esforços em repensar o papel dos locais de moradia, o bairro, a comuna, o município etc... como um propício ambiente para fomentar e organizar a luta revolucionária na atualidade. Daí nasce o Municipalismo Libertário, uma proposta organizativa que leva em conta a relação dialética entre Estado e sociedade como ponto chave na formulação desse projeto.

Apesar de também contar com uma obra extensa e também pouco conhecida no Brasil, principalmente sobre democracia radical e ecologia, há dois escritos que se destacam para os objetivos desta pesquisa, sendo eles "Para um novo municipalismo"(2010) e "Municipalismo Libertário"(2010). Apresentarei brevemente os principais pontos dessas formulações e buscarei apontar elementos semelhantes aos expostos acima na teoria bakuniniana do Estado, a começar por essa análise:

"O mito do "estado mínimo" proposto pelos neo-marxistas, pelos descentralizadores da "Nova Era" e pelos libertários da ala direita[...] é, em última instância, uma justificação do estado enquanto tal. Dentro do conceito da crise presente, qualquer estado mínimo torna-se uma ideologia ingênua para o único tipo de estado que é possível numa sociedade cibernética de grandes empresas - de fato, um estado máximo. Faz parte da própria dialética da presente situação que qualquer estado não possa ser mais "mínimo" que uma bomba de hidrogênio não pode transformar num instrumento pacífico." (Bookchin, 2010, p. 31)

Essa característica remete a mesma posição de Bakunin quanto à tendência de monopolização e expansão do poder político e coercitivo do Estado, uma vez que ele se apresenta como garantidor da ordem capitalista é impossível que ele diminua sua influência ideológica ou coercitiva na sociedade pois sem o Estado não há possibilidade de o sistema capitalista promover sua exploração econômica do trabalho em escala nacional, e também mundial. O neoliberalismo aplica através dos Estado-nação sua bula de austeridade fiscal, a fim de garantir a expansão, ou ao menos a manutenção, da sua taxa de lucro. Esse processo como visto no mundo e também no caso nacional sempre é acompanhado de intensa reação popular. É impossível pensar em um cenário em que essas medidas sejam definitivamente implementadas sem o papel crucial do Estado no convencimento ideológico e principalmente na repressão social.

Essa particularidade da ação combinada, quase simbiótica, entre Capital e Estado não se limita a frear o ímpeto negativo da resistência das massas populares frente às investidas da ordem, ela também se se mostra pronta a desarticular e criminalizar todas as expressões positivas dos interesses populares, como destaca Bookchin:

"Nenhuma cooperativa de alimentação substituirá jamais as grandes cadeias de produtos alimentares como a Pão de Açúcar, e nenhuma fazenda de agricultura biológica substituirá os negociantes agrícolas sem que haja mudanças fundamentais na sociedade em geral. Como núcleos numa sociedade de mercado invasora, elas mal podem esperar enfrentar significativamente uma economia sólida e politizada, baseada em ótimos recursos materiais e, se necessário, na coerção física."(Bookchin, 2010, p. 33)

A luta contra o poder centralizado é um ponto chave na filosofia do municipalismo libertário. O antagonismo em entre este, na figura do Estado-nação, e a sociedade natural, que tanto para ele quanto Bakunin e Öcalan são a antítese do Estado, é o real paradigma da modernidade capitalista, onde também se identifica o embrião para sua superação. O Estado e o capitalismo não podem sobreviver sem a sociedade, mas a recíproca não é verdadeira.

"A resistência e a recolonização da sociedade devem surgir da lógica de um conflito baseado claramente entre a sociedade e o estado centralizado [...]Todas as revoluções têm sido isso mesmo: um conflito entre a sociedade e o estado. E, tal como atualmente o estado centralizado significa o estado nacional, também a sociedade de hoje está a ser cada vez mais representada pela comunidade local - o distrito, a freguesia e o município. [...] No terreno gerado pelo crescimento de uma economia centralizada e cartelizada, o grito para a descoberta da comunidade, da autonomia, de uma relativa auto-suficiência, auto-confiança e democracia direta, tornou-se o último reduto de resistência social e crescente autoridade do estado." (Bookchin, 2010, p. 33-34)

O município é o espaço físico onde esse confronto se apresenta concretamente. Na visão de Bookchin(2010, p. 36) "Historicamente, o próprio município foi sempre um campo de batalha entre a sociedade e o estado.", dessa forma também remete à figuras do do campo anarquista, como Proudhon e Kropotkin. Para ele esse espaço, de onde emana a sociedade natural, é o local onde deve se dar primordialmente a luta de um movimento anarquista que se pretenda revolucionário na atualidade, pois ele é "um refúgio humano contra as forças burocráticas e homogeneizadoras do aparelho estatal".

“Hoje, o estado, particularmente o da forma de economia de mercado, ameaça destruir este refúgio e o municipalismo tornou-se o terreno mais significativo da luta contra o estado num terreno não-político. O próprio conceito de cidadania, e não só o de autonomia cívica, está em jogo neste conflito.”(Bookchin, 2010, p. 37)

Bookchin aponta também para a visão desvirtuada que confunde a política com Estado, no sentido em que essa nasceria pelo e para o Estado. Para ele a política é, assim como a etimologia da palavra indica, a “gestão da cidade(Polis)”. Tal compreensão desvirtuada permitiu que o real poder político fosse usurpado do povo e concentrado na figura e estruturas do Estado. Dessa forma, ele tenta recuperar a origem da cidade como também a origem da política, que são historicamente anteriores ao surgimento do Estado. Segundo Bookchin(2010), “o município é espaço econômico e espaço humano de transformação do grupo tribal em corpo político de cidadãos” e “de fato, ele antecede historicamente o estado e tem permanecido sempre em conflito com ele.” Apesar de disso, reconhece que na relação entre o Estado e a sociedade produz alterações inevitáveis, tanto no âmbito social, quanto na administração estatal e que “modos de organização social não existem em formas puras.”

Também procura contrapor os conceitos de polis e urbe, a primeira significando o corpo político formado pelos cidadãos, sua comunidade politicamente organizada; e o segundo o fato físico da cidade, vias, construções, circulação econômica etc... Lembra o exemplo dos irmãos Graco na república romana, como um triunfo da urbe sobre a polis e também que a mesma divisão aparece na visão de Rousseau que afirmava “que as casas fazem o aglomerado urbano (ville) mas só os cidadãos fazem a cidade(cité)” (apud, Bookchin, 2010, p. 46). Tal deturpação desses conceitos é para Bookchin parte fundamental do argumento ideológico do Estado moderno e, refletindo a tese de Bakunin, aponta:

“Vistos como simples eleitores ou contribuintes – quase um eufemismo para súditos – os habitantes da urbe tornam-se abstrações, meras criaturas do estado. Um povo cuja única função política é eleger deputados não é, de fato povo, mas ‘massa’.”(Bookchin, 2010, p. 46)

Para o autor, a chave para superar essa condenação das massas populares sob a égide do Estado moderno é a construção de esferas de participação política radicalmente democráticas através de assembleias e uma organização econômica autogestionária:

“A política entendida como categoria distinta do estatal, implica a reencarnação das massas num sistema articulado de assembleias, a constituição de um corpo político atuando num espaço de livre expressão, de racionalidade comum e de decisão radicalmente democrática. Sem autogestão nas esferas econômicas, ética e política, não será possível transformar os homens de objetos passivos à sujeitos ativos. O espaço cívico (bairro, cidade) é o berço em que o homem se civiliza e civilizar é sinônimo de politizar, de transformar a “massa” em corpo político deliberativo, racional e ético. Formando e fazendo funcionar tais assembleias, os cidadãos formam-se a si mesmos, porque a política nada é se não for educativa e não promover a formação do caráter.” (Bookchin, 2010, p. 46)

Também em conformidade com Bakunin, a visão de Bookchin (2010) sobre a democracia representativa a enxergava como uma contradição, pois o próprio conceito de democracia exigiria delegação de tarefas e não de capacidade de decisão, por parte dos cidadãos à qualquer ente administrativo.

Segundo ele:

“A expressão democracia representativa é, em si mesma, contraditória. O povo, ao delegar em órgãos que o excluem da discussão e decisão e definem o âmbito das funções administrativas, lança as bases do poder estatal. A supremacia da assembleia sobre os órgãos administrativos é a única garantia da supremacia do cidadão sobre o estado, crucial numa sociedade como a nossa[...] A democracia libertária só é concebível se assembleias populares, em todos os níveis, mantiverem sob a maior vigilância e escrupuloso controle os seus órgãos federais ou confederais de coordenação[...] A destruição das comunidades teve em geral origem estatal e não administrativa.”(Bookchin, 2010, p. 47)

Apesar de atribuir esse papel da cidade como propulsora da vida comunitária, Bookchin não acredita que por si só o município possa desenvolver-se para um modelo organizacional que supera o ordenamento da modernidade capitalista. A já mencionada imbricação entre a vida social e vida burocrática pode sempre produzir no seio da comunidade tendências paroquialistas, ou, sem um programa político revolucionário, cair a reboque de um reformismo infértil.

“Isto deve ser claro: o potencial de um radicalismo libertário é inerente ao municipalismo. (Bookchin, 2010, p. 35); Por outro lado, é ingênuo supor que assembleias populares (de aldeia, de bairro, de cidade) possam alcançar o nível de uma vida pública libertária sem a existência de um movimento libertário consciente, bem organizado e com programa claro. E este não poderá surgir sem a contribuição de uma intelectualidade radical, vibrante de vida comunitária[...] (Bookchin, 2010, p. 49); Convém realçar que, se um novo municipalismo apenas significar uma política liberal, social-democrática ou mesmo “radical”, confinada à melhoria dos serviços para os pobres, idosos e desprotegidos, então ele será um remendo do reformismo



paroquial que, finalmente, fornecerá uma maquiagem ao sistema, em vez de o desafiar.” (Bookchin, 2010, p. 40)

A potencialidade libertária do município como espaço de um verdadeiro poder popular depende da capacidade que o povo organizado tem de submeter sua vontade frente ao Estado. Para ser capaz disso, Bookchin acredita que três requisitos mínimos devem ser atendidos. Primeiramente, a formação de movimento anarquista, em seu caso, pois tentarei na conclusão demonstrar como o PKK realiza essa função, comprometido e consciente e com programa claro e definido. Em segundo, a fomentação de assembléias e concelho populares urbanos. E por último, formar uma rede confederada desses órgãos de poder popular. Esse três requisitos são cumpridos nas montanhas do Curdistão, e é o que falaremos a mais a frente.

### 3 - Confederalismo Democrático

Como já foi apresentado, Rojava, que é a porção sul do Curdistão e está localizada no norte do território Sírio, experimenta desde 2012 a realização concreta do Confederalismo Democrático, modelo de organização social popular, não estatal, que é fruto de uma virada ideológica de uma fração do movimento curdo, mais precisamente partindo do PKK (Partidos dos Trabalhadores do Curdistão) e de Abdullah Öcalan líder político do partido e a principal influência ideológica desse movimento. Também já foi mencionado que essa mudança de perspectiva ideológica e o modelo idealizado por Öcalan carrega grande influência dos pensadores citados nos capítulos anteriores, porém é fundamental ressaltar que acima de tudo, assim como nos outros pensadores, é a própria experiência material histórica que conduz à essa reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade. A relação do povo curdo com a figura do Estado é ainda mais emblemática quando se leva em conta que eles como nação nunca possuíram um Estado próprio, tendo sua história marcada por conflitos contra Estados estrangeiros que ocupavam seu território originário, estabelecendo sobre diversas formas a dominação desse povo. Por um longo tempo e principalmente na segunda metade do séc. XX, o grande paradigma do movimento curdo era a criação de um Estado próprio sob o qual sua população poderia viver sem o jugo de uma força estrangeira. No entanto, esse paradigma muda drasticamente ao final do século, quando a sua principal liderança, Öcalan, é presa, a partir do contato na prisão com autores como Bakunin e Bookchin, inicia ironicamente de cima para baixo, uma reformulação profunda dos objetivos do PKK enquanto movimento revolucionário. O confederalismo surge como uma possível solução democrática para os problemas enfrentados pelos curdos no Oriente Médio sem que se exija um processo independência separatista, mas que possibilite o estabelecimento de uma autonomia local e regional baseada no controle popular de todas as esferas relevantes à vida comunitária, política, econômica, cultural e social. O objetivo agora é expor os principais pontos da proposta do Confederalismo Democrático ressaltando suas similaridades com a crítica bakuniniana do estado e o projeto do Municipalismo Libertário de Bookchin.

Para não correr riscos de reproduzir uma visão racista, que vê os processos de como o de Rojava ou dos Zapatistas em Chiapas no sul do México como meros levantes para autodeterminação de populações originárias, ou como expressões que nada podem ensinar à sociedade dita civilizada, reproduzo a seguinte frase de Öcalan:

“O PKK nunca considerou a questão curda como um simples problema de origem étnica ou de nacionalidade. Pelo contrário, acreditamos no projeto de liberar nossa sociedade e democratizá-la. Esses objetivos determinaram cada vez mais nossas ações desde a década de 90.”(Öcalan, 2016, p.15)

Tendo isso em mente apresentamos sua crítica ao Estado e as bases de seu projeto. Assim como os outros autores Öcalan possui uma extensa obra, com poucas traduções e igualmente pouco conhecida no Brasil. Optei por focar na obra de mesmo nome do projeto, principalmente porque, apesar de seu reduzido tamanho, apresenta uma crítica esquematizada e clara dessas bases do Estado-nação e da mesma forma os princípios do projeto.

Primeiramente, a obra apresenta o que o autor considera as bases e os princípios ideológicos do Estado-nação. Essas são, suas bases de poder, suas raízes religiosas, sua burocracia, a homogeneidade étnico/cultural e sua relação hostil à sociedade. Já seus princípios ideológicos são o nacionalismo, o positivismo, o sexismo, e a religião. Atentemo-nos a pormenorizar cada um desses aspectos inerentes ao Estado-nação na teoria de Öcalan.

As bases de seu poder se encontra principalmente na sua relação com a dominação econômica do capitalismo, apesar de aparentemente considerar o monopólio político um poder do Estado-nação é exatamente nessa relação indissociável que mantém como o capital que a dominação política (e também a econômica) se torna possível. Apesar de não apresentar a idéia de autonomia relativa do Estado, essa tese converge diretamente com as proposições de Bakunin e Bookchin sobre a relação simbiótica entre essas esferas de dominação.

“Com o surgimento das trocas comerciais do Estado-nação, o comércio e as finanças impulsionaram a participação política e posteriormente agregaram seu poder às estruturas tradicionais do Estado. O desenvolvimento do Estado-nação [...], caminha junto, por um lado, com a acumulação não regulada do capital e, por outro, com a exploração sem obstáculos de uma população em rápido crescimento. [...] Seu novo sistema econômico, o capitalismo, se converteu assim em um componente inerente ao novo Estado-nação. [...] Dessa maneira, o capitalismo e o Estado-nação tornaram-se tão intimamente ligados que não se pode imaginar a existência de um sem o outro. Como consequência disso, a exploração não foi só autorizada, mas, inclusive,

estimulada e facilitada pelo Estado. Mas, sobretudo, o Estado-nação deve ser pensado como a forma máxima de poder. Nenhum dos outros tipos de Estado tem tal capacidade de poder.[...] O Estado-nação em si é o monopólio mais completo e elaborado. É a mais desenvolvida união de monopólios como o comércio, a indústria, as finanças e o poder. E é preciso pensar também o monopólio ideológico como parte indivisível do monopólio do poder.”(Öcalan, 2016, p.17-18)

Na compreensão de Öcalan sobre as raízes religiosas do Estado-nação encontramos mais similaridades com os dois autores, como indica Vasquez (2017):

“El análisis de Öcalan respecto a la dimensión divina del surgimiento del Estado, encuentra similitudes con el análisis de Bakunin ([1953] 1978) y más adelante Bookchin ([1990] 2012) sobre el mismo tema. Probablemente, esta similitud sea el resultado de las lecturas que Öcalan realizó durante su encierro sobre la teoría del Estado de estos dos autores anarquistas y otros, distanciándose del análisis económico marxista ortodoxo clásico.” (Vasquez, 2017, p. 68)

Assim como Bakunin(2000), Bookchin(2010) e também Clastres (1974) Öcalan identifica uma possível origem do Estado nas instituições religiosas e que seu desenvolvimento na atual forma de Estado-nação não acarreta, como dizem seus apologistas, em uma separação definitiva dessas instituições.

“[...] De fato, um olhar mais atento revela que a religião e o imaginário divino estão na base das primeiras identidades sociais da história. Estes formaram o pensamento ideológico de muitas tribos e outros agrupamentos pré-Estado, definindo sua existência enquanto comunidades. Posteriormente, depois das estruturas do Estado terem se desenvolvido, os laços tradicionais entre Estado, poder e sociedade começaram a se enfraquecer. As ideias do divino e as práticas sagradas que haviam estado presentes na origem das comunidades foram perdendo seu significado em relação à identidade comum e foram, então, transferidas para as estruturas de poder, como as monarquias e ditaduras. O Estado e seu poder derivavam da vontade e lei divinas e seu soberano se transformava em rei pela graça de Deus. Eles representavam o poder divino na Terra. Hoje, a maioria dos Estados modernos chama a si mesma de secular, afirmando que os velhos laços entre religião e Estado foram cortados e que a religião já não é mais parte do Estado. Isso é, sem dúvida, só parte da verdade. Ainda que as instituições religiosas ou representantes do clero já não participem das decisões políticas e sociais, eles ainda têm, em certa medida, influência sobre estas decisões, assim como eles mesmos são influenciados por ideias e acontecimentos políticos e sociais. Portanto, o secularismo, ou laicismo como é chamado na Turquia, ainda contém elementos religiosos. A separação entre Estado e religião é o resultado de uma decisão política. Não se deu naturalmente. Essa é a razão pela qual, inclusive hoje, o poder e o Estado parecem algo dado, poderíamos dizer, inclusive, dado por Deus. Noções como Estado secular ou poder secular permanecem ambíguas. O Estado-nação também é dotado de atributos que servem para substituir os velhos atributos fornecidos pela religião, como: nação, pátria, bandeira nacional, hino nacional e muitos outros. Particularmente, noções como a unidade entre Estado e nação servem para transcender as estruturas políticas materiais e são, como tais, remanescentes da unidade do pré-Estado com Deus. Essas noções foram colocadas no lugar do divino. [...] O Estado-nação é um Estado centralizado com atributos quase divinos que desarmou completamente a sociedade e monopolizou o uso da força.” (Öcalan, 2016, p.18-19)

Quanto à burocracia vemos também similaridades com os outros autores, principalmente Bakunin, apresentando os elementos que acusam a sua natureza expansiva e conservadora, caracterizando-a também como seu corpo social distinto da massa populacional que opera seus interesse de acordo com uma lógica de Estado. Do mesmo modo identifica que a burocracia é uma contaminadora dos modos de vida comunitários, trabalhando principalmente no sentido de manter a exploração capitalista domesticando a sociedade a suas normas e regras alheias à sociedade natural.

Assim afirma:

“Ele precisa de instituições adicionais a sua própria para proteger sua base ideológica, bem como suas estruturas jurídicas, econômicas e religiosas. A constante expansão da burocracia militar e civil custa caro e serve apenas para a preservação do próprio Estado, que por sua vez coloca a burocracia acima do povo. [...] Burocracia e Estado-nação não podem existir um sem o outro. Se o Estado-nação é a espinha dorsal da modernidade capitalista, ele é certamente a prisão da sociedade natural. Sua burocracia assegura o fácil funcionamento do Sistema, assegura a base da produção de bens e protege os lucros para os agentes econômicos hegemônicos, seja em um Estado-nação real-socialista ou em um Estado-nação amigável-aos-negócios (*business friendly*). O Estado-nação domestica a sociedade em nome do capitalismo e aliena a comunidade de seus princípios naturais. Qualquer análise destinada a localizar e resolver problemas sociais precisa levar em conta estes pontos.”(Öcalan, 2016, p. 20)

A “cidadania homogeneizante”(Öcalan, 2016) é outra base do poder do Estado-nação, atuando como um legitimador de seu projeto dominador em um território específico. Essa idéia induz que o aparelho estatal derivado dela serve de algum modo como um defensor de uma cultura nacional, artificialmente estendida a toda sua população. Obviamente a dita cultura nacional é a cultura do Estado e do capital, que busca legitimar o direito que esses têm em explorar essa população.

Temos assim para Öcalan:

“O Estado-nação, na sua forma original, visa monopolizar todos os processos sociais.[...] Ele não só explora as ideias e o potencial de trabalho da sociedade e coloniza as mentes das pessoas em nome do capitalismo, mas também assimila todos os tipos de culturas e suas ideias espirituais e intelectuais, a fim de preservar a sua própria existência. Com isso, reforça a cidadania homogeneizante. A noção de cidadão foi criada como resultado da busca de tal homogeneidade. A cidadania na modernidade nada mais é do que a transição da escravidão privada à escravidão pelo Estado. O capitalismo não pode alcançar lucro sem tais exércitos de escravos modernos.[...] A história dos últimos dois séculos está cheia de exemplos que ilustram as tentativas violentas de criação de uma nação que corresponda à realidade imaginária de um Estado-nação.(Öcalan, 2016, p. 20-21)

Por último o autor aponta como outra base do Estado-nação a sua relação com a sociedade no qual também reflete as teses de Bakunin. Esta relação se baseia na dominação na qual é diretamente relacionada às “vocações imperialista e escravista do Estado identificada por Cappelletti(1986, apud Corrêa, 2014) na obra do escritor russo.

“Costuma-se dizer que o Estado-nação está preocupado com o destino das pessoas comuns. Isso não é verdade. Pelo contrário, o Estado-nação é o que gere a nível nacional o sistema capitalista mundial. É um vassallo da modernidade capitalista e está mais profundamente entrelaçado nas estruturas dominantes do capital do que nós geralmente tendemos a assumir: ele é uma colônia do capital. [...]Logo, o Estado-nação não está ao lado das pessoas comuns - ele é um inimigo dos povos.[...] Sem o reconhecimento de outros Estados-nação, nenhum deles poderia sobreviver. A razão disso pode ser encontrada na lógica do sistema capitalista mundial. Os Estados-nação que deixarem a falange do sistema capitalista serão sobrepujados pelo mesmo destino que o regime de Saddam no Iraque experimentou, ou serão postos de joelhos por meio de embargos econômicos.” (Öcalan, 2016, p. 22-23)

Para apontar os princípios ideológicos do Estado-nação, Öcalan toma como base o Estado turco, e são esses princípios, como adiantado acima, o nacionalismo, o positivismo, o sexismo e a religião. Como o primeiro e o último foram suficientemente abordados anteriormente, tendo em vista a sua compatibilidade com as ideias dos outros autores expostos neste artigo, apresentarei, de maneira simplificada, apenas o positivismo e o sexismo. A ciência positivista é primordialmente baseada nas relações aparente dos fenômenos observados, que implicam em um negligenciamento da essência, muitas vezes atestando a realidade através da simples aparência das coisas, permitindo moldar mais facilmente os acontecimentos à uma posição do oficial. Já a crítica ao sexismo, ou patriarcalismo, é um elemento de destaque e fundamental para as formulações de Öcalan e para experiência em Rojava como um todo. Para ele além da origem religiosa o Estado-nação deriva principalmente do desenvolvimento do patriarcalismo nas sociedades pré-estatais, que assim como a religião preserva-se de forma completamente adequada à modernidade capitalista. Essas estruturas patriarcais permitem a continuidade nos dias de hoje daquela vista por Öcalan como as primeira opressão social, na qual se fundamenta todas as outras.

“Muitos sistemas civilizados têm empregado o sexismo a fim de preservar seu próprio poder. Eles impuseram a exploração das mulheres e as usaram como uma importante reserva de mão de obra barata. As mulheres também são consideradas como um recurso valioso, uma vez que elas geram a prole e possibilitam a reprodução do homem. Assim, a mulher é tanto um objeto sexual quanto uma mercadoria. Ela é uma ferramenta para a preservação do poder masculino e pode, no melhor dos casos, se tornar um acessório da sociedade masculina patriarcal. Por um lado, o sexismo da sociedade de um Estado-nação reforça o poder dos homens; por outro lado, o Estado-nação transforma sua própria sociedade em uma colônia baseada na exploração de mulheres. Assim, as mulheres também podem ser consideradas como uma nação explorada. No decorrer da história da civilização, o patriarcado consolidou o quadro tradicional das hierarquias, que no Estado-nação são alimentadas pelo sexismo. O sexismo socialmente enraizado é como o nacionalismo, um produto ideológico do Estado-nação e do poder. O sexismo socialmente enraizado não é menos perigoso que o capitalismo. O patriarcado, no entanto, tenta esconder estes fatos a qualquer custo. Isso é compreensível, tendo em vista o fato de que todas as relações de poder e ideologias estatais são alimentadas por conceitos e comportamentos sexistas. Sem a repressão das mulheres, a repressão de toda a sociedade não é concebível. O sexismo na sociedade do Estado-nação, por um lado, dá ao homem o máximo poder e, por outro lado, torna a sociedade, para a mulher, a pior colônia de todas. Assim, a mulher é a colônia nacional histórica da sociedade, que obteve a pior posição dentro do Estado-nação. Todas as ideologias de poder e de Estado decorrem de atitudes e comportamentos sexistas. A escravidão da mulher é a mais profunda e disfarçada questão social, onde todos os tipos de escravidão, opressão e colonização são realizados. O capitalismo e o Estado-nação agem com plena consciência disso. Sem a escravidão da mulher, nenhum dos outros tipos de escravidão podem existir e muito menos se desenvolver. O capitalismo e o Estado-nação representam a mais institucionalizada dominação masculina. Para falar de forma clara: o capitalismo e o Estado-nação são os monopólios de homens despóticos e exploradores.(Öcalan, 2016, p. 23-24)

Ao observar a experiência social curda, um dos principais aspectos a levar-se em conta é o protagonismo feminino no processo revolucionário. Tal reflexão nos estudos de Öcalan deve-se ao fato do papel das mulheres se desenvolver de maneira ímpar no seio da questão curda. Tal tema apresenta extrema relevância para sua teoria assim como é um paradigma fundamental da revolução de Rojava. Devido à sua complexidade e importância não cabe a esta pesquisa aprofundar-se mais ao tema, mas incentivar o debate em torno dele é crucial para entendermos nossa própria realidade.

Ao apresentar o Confederalismo Democrático propriamente dito, Öcalan(2016) reforça conceitos fundamentais para a realização concreta desse projeto, sendo eles i) a participação e a diversidade da paisagem política, que afirma que “é um direito natural expressar a própria identidade política”; ii) a herança da sociedade e o acúmulo histórico, onde demonstra que o confederalismo democrático “não é um sistema político moderno arbitrário, mas, ao contrário, acumula história e experiência. Ele é fruto da vida em sociedade.”; iii) a ética e a consciência política, onde propõe um combate à alienação política das massas recuperando uma essência política das sociedades, apontando que a “A alienação da sociedade de sua própria existência fomenta a falta da participação ativa, uma reação que é muitas vezes denominada de desencanto com a política.” e que “enquanto cometermos o erro de acreditar que as sociedades devem ser entidades monolíticas homogêneas, será difícil entender o Confederalismo; iv) o sistema político democrático, onde recupera uma noção de democracia radical onde “todos os grupos da sociedade e todas as identidades culturais podem se expressar em reuniões locais, convenções gerais e conselhos”, como aponta, essa concepção permite uma participação irrestrita de todos os indivíduos grupos sociais, potencializando dessa forma integração política dessa sociedade, nesse sentido afirma que “a política se torna parte da vida cotidiana”; v) a autodefesa, onde, visto que o Estado é um ente militarmente organizado e que por sua natureza tende a fascistação, a sociedade autônoma tem por direito a organização de sua autodefesa frente ao belicismo do Estado-nação; vi) a hegemonia, onde aponta que as sociedades democráticas rejeitam ideologias hegemônicas e que “o manejo coletivo de questões da sociedade precisa de compreensão, respeito a opiniões divergentes e formas democráticas de tomada de decisão”.

Öcalan conclui que, apesar do foco local do projeto, uma organização dessas estruturas a nível global não é impossível. Uma vez aceito seus princípios, a ideia do confederalismo democrático pode ser adaptada a diferentes contextos observando o processo histórico de cada sociedade. E ainda ressalta que o confederalismo não está em guerra com nenhum Estado, que a superação desse seria um processo de longo prazo em que isso acontecerá com o confederalismo democrático demonstrar sua capacidade concreta de reestruturar política, econômica, e culturalmente a sociedade.

## **Conclusão**

Ao menos desde o início da última década em diante, tornou-se inegável a forte crise de representação política em nossa sociedade. Movimentos como a primavera árabe, o occupy Wall Street, as jornadas de junho de 2013 no Brasil, os recentes coletes amarelos franceses e outros inúmeros movimentos de contestação mundo afora, exemplificam essas crises da modernidade capitalista. No seio do primeiro exemplo surge então o único movimento que dentro de uma conjuntura extremamente hostil estabelece uma organização social que consegue pôr em prática um programa que dê forma aos anseios compartilhados por todos os outros. Rojava apresenta ao mundo a primeira revolução do séc. XXI. Essa revolução em curso parece atingir ao menos em parte os três requisitos mínimos do municipalismo de Bookchin. O PKK já mencionado, o PYD-Partiya Yekîtiya Demokrat (Partido da União Democrática) sírio e o Movimento da Sociedade Democrática TV-DEM, a seu modo, cumprem o papel que ele atribui como responsabilidade do movimento anarquista, a estrutura de tomada de decisões organizada em Rojava tem por base a assembleias e conselhos locais e de locais de trabalho e o já mencionado TEV-DEM tem como função o fomento e ampliação dessas estruturas por todos os cantões, que por sua vez se organizam em uma rede confederada através de um sistema de delegados rotativo. Assim como os como a revolução zapatista em Chiapas, a revolução curda em Rojava mostra que ainda hoje é possível acreditarmos em expressões concretas de política, em seu real significado, fora do monopólio do Estado-nação construídas pela própria vitalidade da sociedade natural.

Em conformidade com a tese sobre o Estado dos três autores estudados neste artigo, observamos ao mesmo tempo uma reação dos Estado-nações e a ascensão por consequência de um movimento fascista em escala global. No Brasil não é diferente.

O grito das ruas em 2013 contra o sistema representativo e a política estatal em geral foi desvirtuado por um conjunto de agentes políticos em uma expressão reacionária que ao mesmo tempo que rechaçava o ímpeto e a fúria popular contra os símbolos da modernidade capitalista, apropriava-se de suas pautas anti-sistema para propor uma saída na continuidade. O resultado é uma nova onda do conservadorismo brasileiro com claras aspirações fascistas que conseguiu, com o apoio mascarado de oposição da ordem burocrática anterior, alçar-se ao controle do Estado, obviamente não só dando continuidade aplicação da bula neoliberal como a intensificando progressivamente, novamente confirmando não só a dinâmica da relação Estado-capital como também a Estado e Sociedade que os três autores apresentam em distintas épocas e regiões. Como produtores de conhecimento científico nessa conjuntura talvez o primeiro passo para desenvolvermos e estimularmos reais mecanismos que possam contribuir para solucionar local e comunitariamente os

graves problemas gerados pela eterna crise da modernidade capitalista, seja estimular o pensamento radical, ou aquilo que Bookchin chama de “uma intelectualidade radical, vibrante de vida comunitária”.

#### Referências bibliográficas:

BAKUNIN, Mikhail. **Federalismo, Socialismo, Antiteologismo**. São Paulo: Cortez, 1988.

\_\_\_\_\_. **Deus e o Estado**. São Paulo: Imaginário, 2000.

\_\_\_\_\_. **Estatismo e Anarquia**. São Paulo: Imaginário, 2003.

\_\_\_\_\_. **“Três Conferências Feitas aos Operários do Vale de Saint Imier.”** In: O Princípio do Estado e Outros Ensaios. São Paulo: Hedra, 2008a.

\_\_\_\_\_. **“O Princípio do Estado.”** In: O Princípio do Estado e Outros Ensaios. São Paulo: Hedra, 2008b.

\_\_\_\_\_. **“A Comuna de Paris e a Noção de Estado.”** In: O Princípio do Estado e Outros Ensaios. São Paulo: Hedra, 2008c.

\_\_\_\_\_; Maximoff, G. P.(Org.)**Filosofia da história**. Rio de Janeiro: Rizoma, 2014

\_\_\_\_\_. **Estado: alienação e natureza**. Disponível em:<<https://www.marxists.org/portugues/bakunin/ano/mes/natureza.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2019.

BOOKCHIN, Murray. **“Por um novo um novo municipalismo.”** In: Ecologia social e outros ensaios. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010a.

\_\_\_\_\_. **“Municipalismo libertário.”** In: Ecologia social e outros ensaios. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010b.

\_\_\_\_\_. **The meaning of confederalism**. Green Perspectives, 1990.

CLASTRES, Pierre. **A Sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2004

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À RESISTÊNCIA POPULAR CURDA DE SÃO PAULO. Soresa Rojavayê: **Revolução, uma palavra feminina**. São Paulo: Editora Biblioteca Terra Livre, 2016

CORRÊA, Felipe. **Teoria bakuniniana do Estado**. São Paulo: Intemezzo / Imaginário, 2014.

COSTA, Ana Clara C.; OLIVEIRA, Augusto M. **As diferentes soluções para a demanda por autonomia de autóctones dentro de Estados-nação: Uma análise das reformas constitucionais da Bolívia e a singularidade do projeto do confederalismo democrático no Curdistão**. 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP). Montevideu, 2017.

EGRET, Eliza; ANDERSON, Tom. **“Uma breve história das lutas curdas”**. In: Soresa Rojavayê: **Revolução uma palavra feminina**. São Paulo: editora Biblioteca Terra Livre, 2016,

KNAPP, Michael; FLACH, Anja; ERCAN, Ayboga. **Revolution in Rojava: Democratic Autonomy and Women's Liberation in Syrian Kurdistan**. Pluto Press. Edição do Kindle. 2016

LEONI, Andrea. **The evolution of the concept of Nation-State and selfdetermination in political thought of Abdullah Öcalan**. Dissertação (Master in Middle Eastern Studies) - ASERI-Alta Scuola di Economia e Relazioni Internazionali, Università Cattolica del Sacro Cuore, Milão

ROCHA, Bruno Lima. **Bridges between Anarchism and Democratic Confederalism. Discussing the party model and mission. Part 1**. 2015, **Estratégia & Análise**. Disponível em: <<http://estrategiaeanalise.com.br/original-content-in-english/bridges-between-anarchism-and-democratic-confederalism-70ef8b6097ad92b613ca03f83edd4889+01.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2019

\_\_\_\_\_. **Bridges between Anarchism and Democratic Confederalism. The ancestry of**

the anarchist organisational model: three important experiences. Part 2. 2015, **Estratégia & Análise**. Disponível em: <<http://estrategiaeanalise.com.br/original-content-in-english/bridges-between-anarchism-and-democratic-confederalism-%E2%80%93-2,01cb35d2e4ee9bb8404502aa4db3b51c+01.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2019

\_\_\_\_\_. Bridges between Anarchism and Democratic Confederalism. Part 3. 2015, **Estratégia & Análise**. Disponível em: <<http://estrategiaeanalise.com.br/original-content-in-english/bridges-between-anarchism-and-democratic-confederalism-%E2%80%93-2,01cb35d2e4ee9bb8404502aa4db3b51c+01.htm>>. Acesso em: 22 mai. 2019

ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático**. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2016.

\_\_\_\_\_. **Guerra e paz no Curdistão - Perspectivas para uma solução política da questão curda**. 2008. Disponível em: <<http://www.freedom-forocalan.com/linguas/hintergrund/schriften/Ocalan-Guerra-e-paz-no-Curdistao.pdf>>. Acesso em 21 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. **Liberando la vida: La revolución de las mujeres**. 2013. Disponível em: <<http://ocalan-books.com/downloads/liberando-la-vida-la-revolucion-de-las-mujeres.pdf>>. Acesso em 21 de mar. 2019

STRANGERS IN A TANGLED WILDERNESS. “O rio de uma montanha tem muitas curvas: uma introdução à revolução de Rojava”. In Soresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina. São Paulo: Editora Biblioteca Terra Livre, 2016, p. 13 – 47 28

THWAITES, Mabel. “**La autonomía: entre el mito y la potencia emancipadora**”. In Pensar las autonomías Alternativas de emancipación al capital y el Estado. México D.F.: Sísifo Ediciones, Bajo Tierra, 2011, p. 145 – 207

ÜSTUNDAĞ, Nazan. “**Autodefesa como prática revolucionária em Rojava, ou como desfazer o Estado**”. In Soresa Rojavayê: Revolução, uma palavra feminina. São Paulo: Editora Biblioteca Terra Livre, 2016